



Cátia Patrícia Pinheiro Mendes

**Relação entre Dominância Social e Representações Sociais face à Parentalidade de
Homens Reclusos**

Trabalho Realizado Sob a Orientação da

Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

Co-Orientação da

Professora Doutora Célia Isabel Lima Ferreira

Fevereiro, 2023



Cátia Patrícia Pinheiro Mendes

**Relação entre Dominância Social e Representações
Sociais face à Parentalidade de Homens Reclusos**

Dissertação de Mestrado em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação apresentada na Universidade Lusófona do Porto

Para obtenção do Grau de Mestre em Psicologia da Justiça: Vítimas de Crime

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona do Porto

No dia 06/02/2023, perante o júri seguinte:

Presidente: Professora Doutora Olga Cecília Soares da Cunha

Arguente: Professora Doutora Ana Rita Conde Dias

Orientadora: Professora Doutora Carla Margarida Vieira Antunes

fevereiro 2023

De acordo com a legislação em vigor, não é permitida a reprodução de qualquer parte desta dissertação.

Agradecimentos

A concretização desta dissertação representa o término de uma das minhas maiores e mais importantes etapas. Assim como tudo, estes últimos anos foram um misto de emoções, ora positivas ora negativas e, por isso mesmo, gostaria de deixar um agradecimento às pessoas que me acompanharam de mais perto, ao longo de todo este percurso.

Agradeço à Professora Doutora Carla Antunes e à Professora Doutora Célia Ferreira, toda a paciência, profissionalismo, apoio e dedicação ao longo destes últimos cinco anos, principalmente neste último ano por todas as participações, sugestões e contributos na elaboração desta dissertação.

Agradeço à minha família todo o apoio ao longo deste percurso, em especial aos meus pais e à minha irmã por todo o apoio e paciência durante esta etapa. Também agradeço ao meu namorado, que me acompanhou todo este percurso e que, também foi um dos maiores pilares nesta fase, a incentivar-me e a motivar-se no trabalho contínuo e dedicação ao mesmo.

Agradeço aos meus amigos mais próximos que sempre me apoiaram quando mais precisei e me incentivaram a continuar. E agradeço em especial, às minhas '*partners*' de tese, por todo o apoio mútuo neste último ano, uma vez que nos deu a oportunidade de nos aproximarmos e de nos conhecermos melhor, por isso desejo-vos o maior sucesso daqui para a frente e as maiores felicidades.

Por fim, agradeço a mim mesma, pela força e persistência em seguir em frente e a nunca desistir, a lutar todos os dias para chegar a esta etapa final, que muitas vezes se tornou difícil alcançá-la.

Relação entre Dominância Social e Representações Sociais face à Parentalidade de Homens Reclusos

Resumo

O presente estudo teve como objetivo principal analisar o papel preditor da dominância social em relação às representações sociais face à parentalidade em grupos e risco, neste caso, homens reclusos.

Assim sendo, a amostra foi constituída por 302 participantes, com idades compreendidas entre os 18 anos e 68 anos ($M= 30.92$; $DP= 7.83$), residentes em Portugal (99%), maioritariamente do sexo feminino (88.3%). A recolha de dados decorreu através de uma plataforma online, a partir do seguinte protocolo de instrumentos: Questionário sociodemográfico, Questionários de Representações acerca da Parentalidade e Escala de Dominância Social (*SDO*). Os resultados deste estudo demonstraram que as mulheres apresentaram mais representações acerca da parentalidade ‘ideal’. Por sua vez, os homens evidenciaram níveis mais elevados de dominância social, comparativamente às mulheres. Não obstante não se confirmou o papel preditor da dominância social nas representações negativas sobre homens reclusos. Este estudo acrescentou conhecimento neste domínio da literatura, revelando-se fundamental continuar a investir nas representações sociais sobre a parentalidade em grupos de risco, em específico em relação a homens reclusos.

Palavras-Chave Parentalidade: Representações sociais; Dominância social; Homens reclusos.

Relation between Social Dominance and Social Representations in relation to Parenthood of Reclusive Men

Summary

The main objective of the present study was to analyze the predictive role of social dominance in relation to social representations, in the face of parenting in groups and risk, in this case, inmates.

Therefore, the sample consisted of 302 participants, aged between 18 and 68 years ($M=30.92$; $SD=7.83$), residing in Portugal (99%), mostly female (88.3%). Data collection took place through an online platform, based on the following protocol of instruments: Sociodemographic Questionnaire, Questionnaires of Representations about Parenthood and Social Dominance Scale (SDO). The results of this study showed that women presented more representations about 'ideal' parenting. In turn, men showed higher levels of social dominance compared to women. However, the predictive role of social dominance in negative representations of men in prison was not confirmed. This study added knowledge in this field of literature, proving to be fundamental to continue to invest in social representations of parenting in risk groups, specifically in relation to male inmates.

Key words: Parenting; Social representations; Social dominance and Reclusive men.

Índice

Índice de Siglas e Abreviaturas.....	9
Índice de tabelas.....	9
Enquadramento Conceptual.....	10
Parentalidade: Definição e Conceptualização.....	10
Representações Sociais da Parentalidade e o Papel da Dominância Social.....	12
Representações sobre Parentalidade em Grupos de Risco: Homens Reclusos.....	14
Método	16
Participantes	17
Instrumentos	18
Procedimentos	19
Resultados	20
Análise de Correlações.....	20
Comparação de Grupos: Homens e Mulheres.....	21
Regressão Linear	22
Discussão	22
Referências Bibliográficas	26
Anexo.....	31
Maternal Behavior Q-Sort (MBQS).....	32

Índice de Siglas e Abreviaturas

TNC - Teoria do Núcleo Central

TE - Teoria Estrutural

SCM - Modelo de Conteúdo Estereotipado

MBQS – Maternal Behavior Q-Sort

SDO – Social Dominance Orientation

ISCTE-IUL – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa - Instituto
Universitário de Lisboa

ULP – Universidade Lusófona do Porto

ULHT - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

SPSS – Statistical Package for the Social Sciences

Índice de tabelas

Tabela 1: Caraterização sociodemográfica da amostra.....17

Tabela 2: Resumo das correlações, médias, desvios-padrão e intervalos para as variáveis
em estudo.....20

Tabela 3: Diferenças entre sexos.....21

Tabela 4: Papel preditor da dominância social (SDO) 22

Parentalidade: Definição e Conceptualização

Comparativamente a outras transições na vida do ser humano, a transição para a parentalidade é, usualmente, caracterizada como uma fase particularmente desafiante, especialmente no caso de ser primeiro filho. Trata-se de uma fase caracterizada por transformações a nível físico (e.g., no corpo da mulher), relacional (e.g., entre o casal e consigo próprios e com as famílias nucleares), na medida em que envolve uma reorganização a vários níveis (e.g., biológico, cognitivo, emocional, comportamental, relacional e social) (Abreu, 2009).

O nascimento de um filho implica grandes alterações na vida de ambos os progenitores e por isso é um período de acentuada transformação desenvolvimental nas vidas destes pais, dado que origina um processo dinâmico de tarefas desenvolvimentais para os mesmos, especialmente no que diz respeito aos relacionamentos individuais, conjugais e da família alargada. O que por um lado, a nível individual, obriga a uma reavaliação dos papéis da infância e dos modelos de interação vivenciados com e entre os pais, por outro, a nível conjugal, exige uma organização e adaptação das modalidades anteriores de relacionamento e preparação para a responsabilidade partilhada de cuidar de um bebé (Bilro, 2011).

Parentalidade é descrita por alguns autores como a tarefa mais complexa, exigente e desafiante na vida adulta, da qual a definem como sendo um conjunto de “atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança”, num ambiente protegido, de forma que a criança consiga se tornar autónoma e independente (Hoghugh, 2004, cit. por Barroso & Machado, 2010; Meunier & Roskam, 2009, cit. por Ferreira et al, 2014). Segundo Leal (2001), a transição para a maternidade e paternidade atribui, irreversivelmente a estes pais, um estatuto de adulto, uma vez que enfrentam diariamente um processo rápido de maturação, cuja implicação assenta em mudanças físicas, biológicas, psicológicas e sociais (Abreu, 2009). No mesmo sentido, Bayle (2005), descreve a parentalidade como um processo de maturação, que conduz à reestruturação psicoafectiva do casal, permitindo-os tornarem-se pais, de forma a serem capazes de responder às necessidades físicas, afetivas e psíquicas dos seus filhos (Bilro, 2011).

O modelo proposto por Hoghugh (2004), apresenta a parentalidade dividida em três componentes: atividades parentais (conjunto de atividades fundamentais para o adequado exercício parental), áreas funcionais (principais aspetos funcionais da criança) e

pré-requisitos (conjunto de necessidades específicas para o desenvolvimento da prática parental). Na primeira componente, atividades parentais, foca-se no cuidado e desenvolvimento. O autor neste ponto salienta o foco na prevenção de possíveis riscos para a criança, assim como a promoção de eventos positivos que auxiliem a criança ao longo da vida e satisfação das necessidades base (e.g., alimentação, proteção, higiene, etc.). Dentro deste ponto, aponta para os cuidados emocionais, quer no que concerne ao respeito pela criança como na oportunidade da mesma gerir os seus riscos e tomada de decisão. Quanto aos cuidados sociais, o objetivo desta alínea corresponde em garantir que a criança não seja, nem se sinta isolada dos seus pares ou das figuras de vinculação, essenciais para o seu desenvolvimento normativo. Na dimensão sobre o controle, a mesma tem como objetivo facultar à criança a noção de imposição de limites, de acordo com a sua fase de desenvolvimento. Relativamente à segunda componente, áreas funcionais, o autor dá enfoque às questões envolvidas no funcionamento da criança que requerem atenção parental (e.g., prevenção de danos e provisão de oportunidades de crescimento adaptativo, saúde física e necessidades de sobrevivência, promoção de aquisição de conhecimentos, competências educacionais e resolução de problemas). Por fim, na terceira componente, pré-requisitos, Hoghugh (2004) pretende que os progenitores se desenvolvam quanto ao exercício das responsabilidades parentais (e.g., ao nível do conhecimento, compreensão, motivação e recursos). Através do modelo deste autor, é possível evidenciar a complexidade dos processos que envolvem a parentalidade, sendo também perceptível que todo o desenvolvimento de uma criança exige o apoio, respeito e comprometimento dos progenitores (Hoghugh, 2004, cit. por Pereira, 2019).

Assim sendo compreende-se que a parentalidade é influenciada por múltiplos fatores e é resultado de uma construção sociocultural, elaborada e reproduzida a partir de ideias partilhadas, com base em modelos ou normas culturais e sociais, que demonstram ser cruciais nesta idealização. Também estas conceções, poderão variar consoante as crenças culturais ou de acordo com os receios associados a certos contextos (Wagner, 1998, cit. por Camargo & Wachelke, 2007). Nesta sequência, a cultura e a história estão implicadas neste processo, uma vez que os valores e crenças irão variar de acordo com a cultura ao longo do tempo, também as práticas educativas estão relacionadas às diferenças individuais dos pais (ou cuidadores), no que se refere aos valores e crenças, personalidade e outras características que influenciam estas práticas (e.g. fatores do contexto social), bem

como o género, o temperamento e as características individuais da criança (Tudge & Freitas, 2012).

A partir do modelo Socio-contextual da parentalidade de Belsky & Jafee (2006), compreende-se que características individuais, sociais e históricas, estão na base do comportamento parental. Na perspetiva deste modelo, as características individuais dos pais, envolvem a história desenvolvimental, os relacionamentos íntimos e a profissão, que tem impacto no bem-estar dos mesmos, na qual influenciará o desempenho do exercício da parentalidade e consequente desenvolvimento das crianças. Quanto às características individuais das crianças, o conceito de parentalidade é influenciado pela capacidade de observação, interpretação e resposta positiva às suas necessidades. Por último, as características sociais, dizem respeito ao meio envolvente, às redes de suporte formal e informal, que influenciarão as práticas parentais (Belsky & Jafee, 2006, cit. por Antunes, 2021). Desta forma compreende-se que a parentalidade é influenciada não só pelas características individuais dos pais e das crianças, mas também pelos valores, expectativas e representações sociais.

Representações Sociais da Parentalidade e o Papel da Dominância Social

As representações sociais não se formam individualmente, mas sim formulam-se a partir de um processo de relação entre a informação que é conhecida e uma realidade disponível. Pode-se ter acesso a esta realidade disponível de variadas formas (através dos *media*, família, amigos, etc.), os quais são selecionados e hierarquizados conforme a sua relevância, pelos indivíduos, no processo de tratamento da informação (Cabecinhas, 2002).

Na perspetiva de Silva et al. (2012), as representações sociais dizem respeito ao conhecimento produzido e partilhado pela sociedade, a partir da representação de um conjunto de objetos, que darão origem à representação de um sistema representacional interligado, sob a forma de símbolos e significados comuns (Brandão et al., 2020).

A teoria de Moscovici (2004), advoga que o objetivo das representações sociais é tornar conhecido, aquilo que é desconhecido, através de duas abordagens, a objetivação e a ancoragem. Na primeira abordagem, o objetivo é transformar o que é abstrato em algo concreto, através de imagens ou ideias, enquanto a segunda abordagem, consiste na clarificação e categorização de algo conhecido a um grupo social, em estruturas de conhecimento prévio já existente (Colus & Lima, 2007).

Apoiada na teoria anteriormente descrita, a teoria proposta por Abric (2001), intitulada por Teoria do Núcleo Central (*TNC*) ou Teoria Estrutural (*TE*), salienta que os papéis das representações sociais se formam a partir de conjunto organizado e estruturado de informações, crenças, atitudes e composto hierarquicamente em dois subsistemas: o núcleo central e o núcleo periférico (Machado & Aniceto, 2010, cit. por Brandão et al., 2020). O primeiro subsistema, o núcleo central, Abric (2001), descreve-o como sendo responsável pela caracterização do objeto e que corresponde a uma representação coletiva quanto ao significado, consistência e resistência às mudanças. Este sistema central, é essencialmente social, vinculada a condições históricas, sociológicas e ideológicas, intimamente associada aos valores e às normas sociais. Quanto ao segundo subsistema, o núcleo periférico, Abric (2001) retrata a representação social como mais individualista, estando mais associado às características individuais e ao contexto em que os indivíduos estão inseridos. O sistema periférico permite adaptação e diferenciação através das experiências vivenciadas no quotidiano, podendo os indivíduos fazer formulações pessoais a partir do núcleo central, originando representações sociais individuais (Abric, 1994, cit. por Brandão et al., 2020).

Assim sendo, as representações sociais são definidas como o conjunto de interações sociais, sendo elas produzidas por opiniões pessoais ou por teorias coletivas, que ganham forma a partir dos valores e ideias compartilhadas, conduzindo a comportamentos desejáveis ou aceitáveis num grupo, assim como pode conduzir a um domínio grupal/social em relação a grupos com comportamentos consequentemente menos desejáveis ou aceitáveis socialmente (Alves-Mazzotti, 2008). As ideias partilhadas num grupo, poderão dar origem aos estereótipos e representações sociais associadas a um grupo. Apesar de muitas vezes os dois construtos serem confundidos, o primeiro diz respeito às crenças partilhadas sobre as características sociais e o segundo construto, descreve-se como a forma de conhecimento, socialmente desenvolvida e partilhada, da qual se constrói uma realidade comum a um grupo (Jodelet, 2001, cit. por Camargo & Wachelke, 2007).

Normalmente os conflitos intergrupais e a discriminação podem ser explicados de acordo com as crenças e imagens sociais, na qual os indivíduos hierarquizam a sociedade, em grupos (Silván-Ferrero & Bustillos, 2007, cit. por Giger et al, 2015). Baseada em vertentes psicológicas, sociais e por “lutas” sociais pelo poder, a teoria para a Dominância Social, diz-nos que este domínio, deve-se às crenças sociais e aos agrupamentos sociais, que conduzem à predisposição para o preconceito (Pratto et al, 1994; Costa et al, 2007).

Desta forma, a sociedade estrutura grupos por hierarquias sociais, um grupo dominante e outro subjugado, sendo complicado reverter este padrão (Matos & Wachelke 2019; Sidanius et al., 1994, cit. por Quist & Resendez, 2002). De acordo com Sidanius e Pratto (2004), a sociedade estrutura-se em três categorias, a primeira por discriminação individual (comportamentos singulares isolados, quando existe aprovação ou repulsa de um determinado grupo), a segunda categoria corresponde à discriminação institucional (quando existe promoção de igualdade ou diferenciação entre indivíduos submetidos às regras das instituições), e por fim, a terceira que diz respeito à assimetria comportamental (desigualdade de poder entre os grupos dominantes e subordinados) (Sidanius & Pratto, 1999; Pratto & Sidanius, 1999, cit. por Matos & Wachelke, 2019). Neste seguimento, um grupo dominante caracteriza-se por ter valor social e político (e.g., influência, estatuto social, entre outros) ou pelos recursos a que tem acesso (e.g., como a habitação, educação ou saúde), sendo percecionado positivamente em comparação com outros grupos (Giger *et al.*, 2015).

Segundo Schwartz (1996), os indivíduos apresentam dez tipos de valores motivacionais: poder (e.g., poder social e riqueza), realização (e.g., sucesso financeiro e ser mais capaz nas tarefas laborais), hedonismo (e.g., atividades de lazer), estimulação (e.g., ter possibilidade de viajar), auto-direção (e.g., criatividade e liberdade), universalismo (e.g., justiça social), benevolência (e.g., honestidade e lealdade), tradição (e.g., humildade e respeito por outros costumes culturais), conformidade (e.g., obediente e respeitoso) e por fim, segurança (e.g., higiene e segurança em espaços públicos) (Fernandes et al., 2007). Desta forma, a investigação empírica diz-nos que existem três condições que predizem a Orientação para a Dominância Social (*SDO*), a primeira diz respeito a considerar-se que as pessoas são competitivas entre elas e que procuram sempre ter os maiores recursos possíveis, a segunda refere-se ao facto de os indivíduos desejarem ocupar os postos mais altos na sociedade e, por último, a terceira corresponde à autocategorização que a população assume ter, em apoiar o partido político à direita, assim como doutrinas conservadoras. Logo, se os indivíduos são mais competitivos, tendem a normalizar as desigualdades entre grupos, uma vez que assumem como algo inevitável, decorrente da competição social (Vilanova et al., 2020).

O primeiro modelo a abordar o tema das representações sociais, designado por Representação Global da Situação, foi proposto por Codol (1974), em que relata que o comportamento adotado por um grupo é reflexo da representação que esse mesmo grupo

faz de si e da representação que os outros grupos fazem dele. Neste seguimento, o modelo proposto por este autor impulsionou outros estudos acerca da exclusão e inclusão que para a compreensão desta temática é importante perceber a dinâmica que é estabelecida entre diferentes grupos (Brandão et al., 2020).

A partir de estudos de Cuddy e Fiske (2004) e do Modelo de Conteúdo Estereotipado (*SCM*), concebido por estes autores, compreende-se que existem dois fatores, a cordialidade (calor) e a competência, que podem ser mais ou menos positivos ou negativos em alguns aspetos, mas cuja atribuição é dada aos grupos conforme a classe social a que pertencem (Cuddy et al., 2009). Grupos estereotipados, não são vistos como cordiais (ou calorosos) nem como capazes (e.g., pessoas de qualquer raça não caucasiana, de *NSE* baixo). A perceção negativa associada a estes grupos advém de fatores que são considerados “evitáveis” (e.g., não ter habitação ou apresentar excesso de peso, por exemplo) (Cuddy et al., 2004). Em contrapartida, grupos favoráveis, tradicionalmente aceites pela sociedade, demonstram-se como calorosos e competentes, normalmente fomentam orgulho e admiração (e.g. pessoas brancas, de estatuto social médio ou superior, casados, com cursos universitários, etc.) (Cuddy et al., 2004). Existe um terceiro grupo, que apresenta um misto de fatores positivos e negativos, ou seja, tanto apresentam fatores socialmente privilegiados, assim como apresentam fatores menosprezados, sendo desta forma igualmente estereotipados (e.g, pessoas *NSE* alto, mas sendo asiáticas ou judias, profissionais de raça negra, ativistas homossexuais, entre outros) (Cuddy et al., 2004). Assim, depreende-se que, pessoas consideradas calorosas e competentes pertencem a grupos de estatuto socioeconómico médio-alto, enquanto que grupos vistos como não calorosos e não competentes e, por isso percecionados negativamente, são de baixo estatuto socioeconómico, sendo que estas perceções podem conduzir à sua exclusão social (Cuddy et al., 2004).

Em suma, as imagens sociais percecionadas sobre grupos desfavorecidos, são ideias sociais compartilhadas, que podem ser associadas a uma imagem estereotipada com base em opiniões rígidas e generalizações sociais, conduzindo à atribuição de características, valores e padrões comportamentais, podendo essa perceção da sociedade influir negativamente nas crenças quanto à qualidade das práticas e competências parentais de certos grupos minoritários (Corsini, 1999; Hamilton & Uhles, 2000; cit. por Calheiros et al., 2015).

Representações sobre Parentalidade em Grupos de Risco: Homens Reclusos

No domínio da parentalidade, dados de investigação têm demonstrado que, à semelhança da caracterização de dominância entre grupos sociais, as representações construídas quanto à parentalidade, entre grupos com maior ou menor estatuto social, não é diferente. Alguns dados de investigação sugerem que pais de nível socioeconómico médio/alto são percecionados pela sociedade como mais capazes nas suas funções parentais comparativamente aos pais com estatuto socioeconómico baixo, podendo esta representação influir na conceção do que é ser um “bom pai” ou uma “boa mãe” (Cuddy et al., 2004; Leventhal et al., 2005, cit. por Barroso & Machado, 2010).

As famílias de risco ou famílias de risco psicossocial, são famílias que apresentam elevada vulnerabilidade, devido aos acontecimentos de vida stressante, onde revelam incapacidade de atender às necessidades pessoais, sociais e afetivas. Demonstram também complexas adversidades e poucos recursos para colmatar estes défices (Silva 2009).

As famílias em contexto de risco estão associadas a uma maior perceção negativa no que concerne às competências parentais, existindo múltiplos fatores de risco, podendo eles serem por estatuto socioeconómico baixo, desemprego (por influência de condições de empregabilidade), baixas habilitações literárias, preconceito relativo à etnia, o contexto social em que a família reside ou está inserida (e.g., bairros sociais), isolamento social, estilos parentais (e.g., o autoritarismo ou o excesso de permissividade e as rupturas familiares), história de abusos na infância, abusos de substâncias ou alcoolismo, etc. (Kotchick & Forehand, 2002, cit. por Barroso e Machado, 2010; Rizzini, 2001, cit. por Silva, 2009). Apesar de serem fatores dinâmicos acarretam implicações no desenvolvimento normativo das crianças, tal como no meio comunitário e de vizinhança, quanto aos processos de parentalidade, reforçando a importância da organização social e das redes de suporte formal (e.g., famílias e amigos) e informal (e.g., vizinhos e escola), na prevenção destes ambientes de risco (Freisthler et al., 2006; Coohy, 2006, cit. por Barroso & Machado, 2010).

No que diz respeito às representações sociais relativas aos grupos de risco, como o caso da reclusão masculina, importa aprofundar, uma vez que a literatura é escassa nesta temática, principalmente em Portugal. O pouco que se sabe acerca da parentalidade reclusa, assim como indicam os estudos de Simões e Alarcão (2010) é que com a reclusão do pai, recai de seguida uma sobrecarga das responsabilidades parentais na mãe, sendo esta

exigência desvalorizada, uma vez que tradicionalmente incumbe às progenitoras assumir e dar resposta às necessidades dos filhos.

De um modo geral, os estudos neste âmbito indicam que a sociedade associa à mãe, características específicas e de privilégio na relação mãe-filho, dando a estas progenitoras um papel de maior dedicação, maior resposta às necessidades dos mesmos, maior envolvimento emocional, maior demonstração de afeto e sensibilidade, reforçando uma vez mais, o quão predispostas e biologicamente preparadas estão para esta exigente tarefa, em comparação com o pai, que lhes atribui um papel de distancia e ausência, desvalorizando as implicações deste descrédito na vida de pai-filho e no desenvolvimento, saúde e bem-estar desta díade. Alicerçado a tudo isto, mesmo em contexto de reclusão na progenitora, a imagem social apresentada é menos estereotipada do que nos progenitores, sendo as mesmas consideradas como menos propensas para a prática de crime (Parke, 1998, cit. por Borsa e Nunes, 2011).

Relativamente a investigações acerca da parentalidade em contextos de risco, a mesma é muito reduzida, e da escassa informação que existe, sabe-se que, a maioria se debruça sobre a relação mãe-criança, sendo que o fator reclusão não provoca grandes alterações no que diz respeito ao exercício das responsabilidades parentais (Wall et al, 2010, cit. por Granja & Machado, 2013; Granato & Miranda, 2016).

Em suma, torna-se evidente que a literatura tem se debruçado mais sobre a parentalidade normativa e positiva e explorado menos acerca da parentalidade em grupos de risco, sobretudo em relação à parentalidade em situação de reclusão. Desta forma torna-se evidente a importância de investir no estudo deste fenómeno, assim como maior investigação sobre o papel do homem no seio familiar, uma vez que a literatura ainda centra muito o papel da mãe nestes cuidados, inserido ou não no contexto de reclusão.

O objetivo do presente estudo é analisar a relação entre dominância social e as representações sociais face à parentalidade de homens reclusos e, de forma mais específica, testar o papel preditor da dominância social para representações negativas relativamente à parentalidade deste grupo.

Método

Participantes

A amostra deste estudo foi recolhida por conveniência, numa amostra da comunidade, de forma mais ampla e diversificada possível e com os seguintes critérios de

inclusão: indivíduos com idade igual ou superior a 18 anos, residentes em Portugal e com capacidade de compreensão da língua portuguesa escrita.

Esta amostra foi constituída por 302 participantes, sendo que a maioria dos participantes, 99% era de nacionalidade portuguesa, 38% era residente do distrito do Porto e 88.3% era do sexo feminino. A média das idades foi de 31 anos, compreendidas entre os 18 e 68 anos ($M= 30.92$; $DP= 7.83$). Relativamente ao estado civil, 57% era solteiro, mas numa relação de intimidade, com 70% de coabitação, sendo que a maioria dos participantes tinha filhos (62.6%; entre 1 e 4). No que diz respeito à condição profissional, a maioria dos participantes, 71% encontrava-se em situação laboral ativa e com formação académica de nível secundário, 28.1% e, superior, com o 1º e 2º ciclo do ensino superior concluído, com percentil de 42.1% e 26.8%, respetivamente. Na tabela 1, apresenta-se a caracterização sociodemográfica da amostra.

Tabela 1

Caraterização Sociodemográfica da Amostra.

	M (DP; Min., Max.) / % (N)
Sexo	
Feminino	88.3 (265)
Masculino	11.7 (35)
Idade	30.92 (7.83; 18, 68)
Nacionalidade	
Portuguesa	99.0 (298)
Outra	1.0% (3)

Distrito	
Aveiro	10.3 (31)
Beja	.7 (2)
Braga	12.3 (37)
Castelo Branco	.3 (1)
Coimbra	1.0 (3)
Évora	1.0 (3)
Faro	1.3 (4)
Guarda	1.3 (4)
Leiria	0
Lisboa	2.0 (6)
Portalegre	17.3 (52)
Porto	38.0(114)
Santarém	1.7 (5)
Setúbal	6.0 (18)
Viana do Castelo	1.3 (4)
Vila Real	1.3 (4)
Viseu	1.3 (4)
R.A. Açores	1.0 (3)
R.A. Madeira	1.3 (4)
	1.7 (5)
Estado Civil	
Solteiro/a	57.0 (172)
Casado/a	40.4 (122)
Divorciado/a	2.6 (8)
Viúvo/a	0
Envolvimento relacional/amoroso atual	
Sem Relação de Intimidade	12.0 (36)
Com Relação de Intimidade, Sem coabitação	18.0 (54)
Com Relação de Intimidade, Com coabitação	70.0 (210)
Sexo do parceiro	
Feminino	10.9 (29)
Masculino	89.1 (236)
Filhos	
Sim	62.6 (189)
Não	
Número de filhos	1.29 (.57; 1,4)
Escolaridade	
1º Ciclo EB	0
2º Ciclo EB	.7 (2)
3º Ciclo EB	1.7 (5)
Secundário	28.1 (84)
1º Ciclo ES/Licenciatura	42.1 (126)
2º Ciclo ES/Mestrado	26.8 (80)
3º Ciclo ES/Doutoramento	.7 (2)
Outro	0
Condição Escolar/Profissional atual	
Estudante	12.6 (38)
Trabalhador	70.5 (213)

Trabalhador-Estudante	7.3 (22)
Desempregado	9.3 (28)
Reformado	.3 (1)

Instrumentos

Questionário Sociodemográfico

Foi utilizado um questionário sociodemográfico com o objetivo de caracterizar os participantes ao nível demográfico (e.g., sexo, idade, número de filhos, estado civil), relacional (e.g., envolvimento relacional atual), formação académica (e.g., último grau académico concluído), experiência profissional (e.g., profissão atual), assim como ao nível ao nível da nacionalidade e habilitações literárias.

Representações acerca da parentalidade

Para a avaliação deste estudo, foi utilizado uma versão adaptada do *Maternal Behavior Q-Sort* (MBQS; Pederson et al., 1999, adaptado por Ferreira et al., 2019), relativa a comportamentos maternos. A versão original deste instrumento é constituída por 90 itens, mas tendo em conta o seu potencial discriminativo em estudos realizados anteriormente, apenas se utilizou para este estudo, 20 dos itens propostos, em que primeiramente foram adaptados para os comportamentos paternos, quanto ao comportamento de um “pai ideal” ($\alpha=.74$) e, posteriormente foi utilizado para a condição de um “homem recluso” ($\alpha=.96$) (Mesman et. al., 2015). Todos os itens adotaram uma escala de resposta de cinco pontos, de tipo *Likert*, entre (1) *Discordo Fortemente* a (5) *Concordo Fortemente*. Para uma análise mais discriminada do instrumento e as respetivas adaptações efetuadas (para o caso de “pai ideal” e “pai recluso”), sugere-se a consulta em anexo (Anexo 1), apresentada a seguir às referências bibliográficas.

Dominância Social

Para avaliação deste construto utilizou-se a Escala de *Orientação para a Dominância Social*, para medir a orientação para a dominância social. (SDO; Pratto et al., 2013). O instrumento avalia a aceitação de dominância e a hierarquia entre grupos, analisando as diferenças entre aspetos da hierarquia entre grupos conforme o estatuto social dos participantes. O questionário, originalmente foi constituído por 14 itens, sendo que a versão final é constituída por 16 itens, subdividido em dois fatores: 8 fatores referentes à oposição à igualdade e 8 fatores referentes à orientação para a dominância

grupal, respondido numa escala *likert* de sete pontos (de *Discordo Fortemente* [1] a *Concordo Fortemente* [7]).

Procedimentos

Este estudo integrou um projeto de investigação mais amplo, desenvolvido pela ULP (Universidade Lusófona do Porto), expandido em parceria com investigadores de outras instituições de Ensino Superior, nomeadamente da ULHT e ISTECH-IUL. O mesmo foi aprovado pela Comissão de Ética e Deontologia para investigação Científica (CEDIC) da ULP.

A divulgação desta investigação foi concretizada através de redes sociais (e.g., Facebook, Instagram, LinkedIn e Twitter) e por contactos institucionais (e.g., mailing list de instituições de Ensino Superior). O consentimento informado foi apresentado na primeira página do formulário online. As autorizações para utilização dos instrumentos, foram recolhidas junto dos respetivos autores.

A recolha de dados ocorreu entre novembro e março, de 2021-2022. Os dados foram analisados com recurso ao software Statistical for the Social Sciences (SPSS), versão 27, com suporte a testes de associação e modelos de regressão linear. Inicialmente foi feita a análise descritiva das variáveis em análise e aferida a consistência interna das medidas seleccionadas para a amostra recolhida através do cálculo das Alfas de Croanbach.

Finalmente, de referir que a variável ‘Representações Negativas’ foi criada através da diferença entre ‘Representações da Parentalidade Ideal’ (*score* MBQS-pai ideal) e ‘Representações Parentalidade Homem Recluso’ (*score* MBQS-homem recluso). Assim, quanto maior a diferença entre *scores*, mais negativa era a representação.

Resultados

Análise das correlações

Os resultados relativos às associações entre as variáveis em estudo encontram-se apresentados na tabela 2. Os resultados demonstraram correlações significativamente positivas entre representações acerca da ‘dominância social’ e (1) a ‘idade’ e (2) as ‘representações de parentalidade ideal’. Verificou-se também correlações significativamente positivas entre ‘parentalidade ideal’ e (1) a ‘parentalidade de homens reclusos’ e (2) as ‘representações negativas’. Desta forma, verifica-se que indivíduos mais

velhos evidenciam níveis superiores de dominância social assim como maiores representações sobre a parentalidade ‘ideal’.

Quanto às correlações significativamente negativas, os resultados expressaram representações negativas entre a ‘parentalidade de homens reclusos’ e a ‘dominância social’. Observou-se também correlações negativas entre ‘representações de parentalidade ideal’ e o ‘número de filhos’. Por fim, identificou-se uma correlação negativa entre ‘dominância social’ e ‘representações negativas’. No que diz respeito às representações negativas da parentalidade de homens reclusos, os resultados revelaram que indivíduos com interpretações mais depreciativas face às competências parentais dos homens, apresentavam mais concepções positivas sobre a parentalidade ideal e menos sobre a parentalidade deste grupo.

Tabela 2

Resumo das correlações, médias, desvios-padrão e intervalos para as variáveis em estudo.

	1	2	3	4	5	6	<i>M(DP)</i>	Interv.
1. Idade	-						30.92 (7.83)	18 - 68
2. N. Filhos	.453***	-					1.29 (.57)	1 - 4
3. SDO	.173***	.117	-				8.40 (3.83)	4 - 24
4. Represent Parentalidade_Ideal	-.102	-.193**	.299** *	-			92.95 (5.44)	71 - 100
5. Represent Parentalidade_Reclusa	.021	-.026	-.101	.150**	-		80.61 (15.86)	21 - 100
6. Represent_Negat	-.055	-.031	-.001	.192**	-.192**	-	12.33 (15.98)	-14 - 71

Nota. ** $p < .01$, *** $p < .001$

Comparação de grupos: Homens e Mulheres

Como se pode apurar na tabela 3, os resultados obtidos, revelaram diferenças entre sexos, em que o género feminino evidenciou mais representações na maior parte dos parâmetros, em comparação com o género masculino. No que concerne, ao parâmetro da escala de ‘*Orientação para a Dominância Social*’, o sexo masculino demonstrou scores estatisticamente significativos e superiores neste ponto, em relação ao sexo feminino. Ao nível das ‘representações de parentalidade ideal’, também se verificou resultados estatisticamente significativos, sendo as mulheres a apresentar scores mais elevados neste domínio.

Relativamente às restantes variáveis, observou-se resultados não significativos quanto às ‘representações de parentalidade ideal’ e de ‘representações negativas’.

Tabela 3

Diferenças entre sexos.

	Homens <i>M (DP)</i>	Mulheres <i>M (DP)</i>	<i>t</i>	<i>p</i>
SDO	9.63 (4.72)	8.23 (3.68)	2.047	.042
Represent Parentalidade Ideal	90.17 (5.99)	93.31 (5.28)	-3.255	.001
Represent Parentalidade_Reclusa	80.51 (14.78)	80.78 (15.98)	-.092	.927
Represent_Negat	9.66 (13.41)	12.54 (16.24)	-1.004	.316

Análise de Regressão Linear

Para testar o papel preditivo da dominância social relativamente às ‘Representações Negativas’ sobre a parentalidade de homens reclusos realizou-se uma análise de regressão linear, como se pode verificar abaixo, na tabela 4. Os resultados obtidos revelaram que a dominância social não prediz as representações negativas ($p = .986$).

Tabela 4

Papel preditor da dominância social (SDO).

		R ²	F (df1, df2)	p	β	p
Represent – Negat	SDO	.000	(1, 300) .000	.986	-.004	.986

Nota. Os valores β representam coeficientes não padronizado.

Discussão

O presente estudo teve como objetivo analisar a relação entre dominância social e as representações sociais face à parentalidade de homens reclusos e, de forma mais específica, testar o papel preditor da dominância social para representações negativas relativamente à parentalidade deste grupo.

Com o desenvolvimento deste trabalho foi perceptível que, assim como a investigação empírica indica, pouco se sabe sobre as representações sociais acerca da parentalidade normativa, mas menos ainda sobre as representações sociais face à parentalidade em grupos de risco, especialmente em homens reclusos.

Apesar de haver muita literatura acerca da parentalidade, a verdade é que o foco tem sido no papel parental da mãe, reforçado na investigação científica assim como nas crenças da sociedade, atribuindo maior predisposição das responsabilidades na figura materna, apesar de atualmente existir mais investigação quanto à importância do papel do pai na vida e desenvolvimento de um filho. No que diz respeito à parentalidade em contexto de reclusão, a literatura é diminuta e, mesmo neste contexto, a investigação evidência uma primazia do género feminino (Parke, 1998, cit. por Borsa & Nunes, 2011).

Os resultados deste trabalho demonstraram correlações significativas entre a ‘idade’ e a ‘dominância social’ e entre a ‘dominância social’ e as ‘representações sociais’, ou seja, verifica-se que indivíduos mais velhos apresentam níveis superiores de dominância social, assim como maiores representações sobre parentalidade ‘ideal’. Atendendo a que a população mais velha apresenta mais representações nos domínios descritos anteriormente, poderá hipotetizar-se que as crenças tradicionais ou patriarcais

estão enraizadas neste grupo (Botton et al., 2015). Estudos apontam que, a sociedade considera que indivíduos com estatuto socioeconómico médio-alto são percecionados positivamente em comparação com outros grupos, podendo essa perceção influir negativamente nas crenças sobre parentalidade ‘ideal’ relativo a certos grupos (Giger et al., 2015). Nesta sequência, o facto de indivíduos mais velhos evidenciarem mais representações negativas face à ‘parentalidade de homens reclusos’, pode estar associado ao facto de a maior parte dos participantes ter filhos e desta forma condicionar a perceção do que é uma parentalidade ‘ideal’ e de como esta deve ser ou não exercida, podendo ser associada crenças negativas a estes grupos (Cuddy et al., 2004; Leventhal et al., 2005, cit. por Barroso & Machado, 2010). Para além disso, ainda na correlação entre ‘representações de parentalidade ideal’ e ‘representações da parentalidade reclusa’, associações estas positivamente significativas, verifica-se que tal como consta na literatura, as famílias de grupos de risco são alvo de maiores representações negativas, visto que podem estar expostas a múltiplos fatores de risco e, desta forma expor os filhos a situações potenciadores de risco ou perigo para a sua integridade física ou psicológica. Famílias de grupos minoritários ou grupos estigmatizados são mais percecionados negativamente pela sociedade, pois são percebidos como problemas “evitáveis” e, muitas vezes são alvos de preconceito e discriminação. Assim sendo, pode levar a representações também negativas face ao exercício da sua parentalidade (Cuddy et al., 2009).

Os resultados também evidenciam que as mulheres apontam mais representações sobre ‘parentalidade ideal’, o que pode estar relacionado com o facto de a mulher estar associada a diferentes papéis na sociedade, principalmente neste caso, ao de cuidadora primária, nos cuidados e educação dos filhos. Com a integração da mulher no mundo do trabalho, o género feminino ganha um novo estatuto na sociedade, mas, consequentemente, acresce uma nova sobrecarga às suas funções, o que para além de ter de cuidar do marido, dos filhos e do lar, tem de cuidar de si e das novas tarefas laborais, podendo tornar-se num encargo extra e difícil de contrabalançar. Apesar da emancipação masculina e de haver maior participação do pai nos cuidados de um filho, a verdade é que a centralidade da mãe nas responsabilidades parentais ainda está muito presente, podendo este resultado estar relacionado com esta atribuição (Monteiro et al., 2008; Viana et al., 2018).

Relativamente à variável ‘dominância social’, verifica-se que neste ponto, comparativamente aos restantes resultados, os homens revelaram níveis superiores de

dominância social, sendo congruente com o que a literatura nos indica. A partir de vários estudos internacionais, Pratto e colaboradores (2000) argumentaram que o fator sexismo, é um preditor consistente de dominância social entre géneros, na medida em que o homem apresenta níveis superiores de orientação para a dominância social em relação às mulheres, podendo existir duas explicações possíveis. A primeira diz respeito à autoestereotipagem quanto aos papéis tradicionais de género, e a segunda, refere-se às respostas de grupo patriarcado. Investigações empíricas sugerem que estas diferenças de género dizem respeito a identidades de grupo de género, assim sendo, os homens associam níveis de *SDO* superiores, enquanto que as mulheres associam níveis de *SDO* inferiores (Schmitt & Wirth, 2009).

Por fim, não se confirmou o papel preditor da dominância social em relação às representações negativas sobre homens reclusos, resultados que não vão ao encontro de algumas evidências empíricas na qual salientam a influência negativa da dominância social na parentalidade em grupos de risco. É conferido maior poder social a grupos que apresentam maior estatuto socioeconómico, em comparação com grupos desfavorecidos, uma vez que consideram este último, como menos capaz no que diz respeito ao exercício das responsabilidades parentais (Cuddy et al., 2004; Leventhal et al., 2005, cit. por Barroso & Machado, 2010). Considerando que em Portugal nos últimos anos houve programas de prevenção e promoção de igualdade social, como por exemplo no combate à discriminação, é de se esperar que os participantes possam ter ativado respostas socialmente desejáveis. Assim para ultrapassar esta limitação, sugere-se a realização de estudos que permitam controlar o efeito de desejabilidade social das respostas.

Nesta sequência, e na leitura destes resultados, devem ser refletidas algumas limitações do estudo. Primeiramente, diz respeito ao facto de o tema em estudo ser ainda pouco explorado, originando dificuldades tanto na pesquisa, que já por si é escassa, como na recolha de informação e na seleção de instrumentos, na qual o *Maternal Behavior Q-Sort* (MBQS) (Pederson et al., 1999, traduzido por Ferreira et al., 2019) utilizado, não está adaptado para a população portuguesa para avaliar as representações sociais sobre a parentalidade. Como segunda limitação ressalta-se a nível metodológico, a homogeneidade da amostra, ou seja, temos uma discrepância muito grande entre participações feitas do sexo feminino, comparativamente ao sexo masculino. Evidencia-se também, uma amostra muito jovem, em que a maior parte de

os participantes tem uma média de idades próxima, que rondam os 30 anos, na qual ainda estão numa fase de preparação ou a iniciar a parentalidade.

Perante o apresentado, espera-se que o presente estudo estimule mais investigação científica deste fenómeno, quanto às representações sociais negativas da parentalidade, para uma maior sensibilização assim como para a promoção de consciencialização de profissionais e da sociedade acerca do tema, considerando principalmente, o contexto de reclusão, assim como outros contextos com grupos de risco, em Portugal.

Referências Bibliográficas

- Alves-Mszzotti, A. J. (2008). Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de “dedicação”. *Brasília*, 89 (223), 522-534.
<https://doi.org/10.24109/2176-6681.rbep.89i223.690>.
- Antunes, A. C. V. (2021). Representações sociais acerca da parentalidade de mulheres reclusas: O papel da empatia. *Universidade Lusófona do Porto*.
<https://recil.ensinolusofona.pt/handle/10437/11901>.
- Barroso, G. R., & Machado, C. (2010). Definições, dimensões e determinantes da parentalidade. *Psychologica*, 52(1), 211-229. https://doi.org/10.14195/1647-8606_52-1_10.
- Borsa, J. C., & Nunes, L. T. N. (2011). Aspetos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. *Psicol. Argum.* 29(64), 31-39.
<https://periodicos.pucpr.br/psicologiaargumento/article/view/19835>.
- Botton, A., Cúnico, S. D., Barcinski, M., & Strey, M. N. (2015). Os papéis parentais nas famílias: analisando aspetos transgeracionais e de gênero. *Pensando famílias*, 19(2), 43-56.
https://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/9252/2/Os_papeis_parentais_nas_familias_analisando_aspectos_transgeracionais_e_de_genero.pdf.
- Brandão, C. T., Benevides, A. S., & Campos, P. H. F. (2020). Sistemas de Representações Sociais: Contribuições para a Pesquisa em Educação. *Revista Teias*, vol. 21. <https://doi.org/10.12957/teias.2020.45106>.
- Cabecinhas, R. (2002). Media, etnocentrismo e estereótipos sociais. *Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade*. Lisboa: Veja, 407-418.
<https://hdl.handle.net/1822/1599>.
- Calheiros, M. M., Garrido, M. V., Lopes, D. & Patrício, J. N. (2015). Social images of residential care: How children, youth and residential care institutions are portrayed? *Revisão de Serviços para Crianças e Jovens*.
<https://doi.org/10.1016/j.chilyouth.2015.06.004>.
- Camargo, B. V., & Wachelke, J. F. R. (2007). Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. *Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology*, 41(3), 379-390.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=28441313>.

- Coelho, C. S. R. (2017). Famílias Multiproblemáticas: A percepção da sua parentalidade. *Universidade de Évora, Escola de Ciências Sociais*.
<http://hdl.handle.net/10174/20928>.
- Colus, F. A. M., & Lima, R. D. C. P. (2007). A família do educando com dificuldade de aprendizagem: um estudo de representações sociais. *Olhar de Professor, Ponta Grossa*, 10(1), 195-208.
<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/1482>.
- Cuddy, A. J. C, Fiske, S. T, Kawan, V. S. Y., Glick, P., Demoulin, S., Leyens, J. P., Bond, M. H., Croizet, J. C., Ellemers, N., Sleebos, E., Htun, T. T., Kim, H. J., Maio, G., Perry, J., Petkova, K., Todorov, V., Rodriguez-Bailon, R., Morales, E., Moya, M., Palacios, M., Smith, V., Perez, R., Vala, J., & Ziegler, R. (2009). Stereotype content model across cultures: Towards universal similarities and some differences. *British Journal of Social Psychology*, 48, 1–33.
 10.1348/014466608X314935.
- Cuddy, A. J. C., Fiske, T., & Glick, P. (2004). When Professionals Become Mothers, Warmth Doesn't Cut the Ice. *Journal of Social Issues*, 60(4), 701-718.
<https://doi.org/10.1111/j.0022-4537.2004.00381.x>.
- Cúnido, S. D., Quaini, R. P., & Strey, M. N. (2017). Paternidades encarceradas: revisão sistemática sobre a paternidade no contexto do cárcere. *Psicologia & Sociedade*, vol. 29. <http://dx.doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i168770>.
- Fernandes, S., Costa, J. D., Camino, L., & Mendoza, R. (2007). Valores psicossociais e orientação à dominância social: Um estudo acerca do preconceito. *Psicologia: reflexão e crítica*, 20, 490-498. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722007000300017>.
- Ferreira, C., Magalhães, E., & Antunes, C. (2019). Maternal Behavior Q-Sort - Adaptation to Portuguese Context. *Unpublished manuscript*.
- Giger, J. C., Ramos, A. O., Gonçalves, G., Santos, J., & Gomes, A. (2015). Evidências métricas da adaptação da Escala de Dominância Social numa amostra portuguesa. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 143-151. 10.15689/ap.2015.1401.16.
- Granato, T. M. M., & Miranda, M. L. A. (2016). Pais encarcerados: narrativas de presos sobre a experiência da paternidade na prisão. *Psico (Porto Alegre)*. 47(4), 309-318. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2016.4.23413>.

- Granja, R., & Machado, H. (2013). Paternidades fragmentadas. Género, emoções e (des)conexões biogenéticas e prisionais. *Análise Social*, 48(208), 550-571.
<http://www.jstor.org/stable/23595503>.
- Janczura, R. (2012). Risco ou Vulnerabilidade Social. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, Universidade Federal de Santa Maria, 11(2), 301-308.
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/fass/article/view/12173/8639>.
- Matos, F. R., & Wachelke, J. (2019). Hierárquicos, igualitários e contraditórios: posição social de adolescentes e orientação para a dominância social. *Psico*, 50(4).
<https://doi.org/10.15448/1980-8623.2019.4.33939>.
- Mendes, F. v. (2017). A mediação como meio de intervenção com a Comunidade Cigana: relato de uma experiência num bairro social em Matosinhos. *Universidade de Coimbra, Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação*.
<https://eg.uc.pt/bitstream/10316/84198/1/RELAT%C3%93RIO%20EST%C3%81GIO.pdf>.
- Monteiro, L., Veríssimo, M., Santos, A. J., & Vaughn, B. E. (2008). Envolvimento paterno e organização dos comportamentos de base segura das crianças em famílias portuguesas. *Análise Psicológica*, 3(26), 395-409.
<https://doi.org/10.14417/ap.502>.
- Pereira, C. S. F. C. (2019). Parentalidade em Contextos de Risco e Perigo: Perceções de um grupo de Profissionais. *Universidade Lusófona do Porto*.
<http://hdl.handle.net/10437/11909>.
- Pratto, F., Çidam, A., Stewart, A. L., Zeineddine, F. B., Aranda, M., Aiello, A., & Henkel, K. E. (2013). Social dominance in context and in individuals: Contextual moderation of robust effects of social dominance orientation in 15 languages and 20 countries. *Social Psychological and Personality Science*, 4(5), 587-599. <https://doi.org/10.1177/1948550612473663>.
- Quist, R. M., & Resendez, M. G. (2002). Social Dominance Treat: Examining Social Dominance Theory's Explanation of Prejudice as Legitimizing Myths. *Basic and Applied Social Psychology*, 24(4), 287-293. 10.1207/S15324834BASP2404_4.
- Schmitt, T., & Wirth, J. H. (2009). Evidence that gender differences in social dominance orientation result from gendered self-stereotyping and group-interested responses. *Psychology of Women Quarterly*, 33(4), 429-436.
[s://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2009.01520.x](https://doi.org/10.1111/j.1471-6402.2009.01520.x).

- Sidanius, J., & Pratto, F. (1999). Social dominance: An intergroup theory of social hierarchy and oppression. *New York, EUA: Cambridge University Press*.
doi.org/10.1017/cbo9781139175043.
- Silva, S. C. S. (2009). Famílias de risco, crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco. *Universidade do Minho, Instituto de Estudo da Criança*. <https://hdl.handle.net/1822/10966>.
- Tudge, J. R. H., & Freitas, L. D. L. (2012). Parentalidade: Uma abordagem ecológico-cultural. *Casapsi Livraria e Editora Limitada*, 171-196.
<https://hhs.uncg.edu/hdf/wp-content/uploads/sites/1010/2017/11/jrtudge-parenting.pdf>.
- Viana, R. B., de Paula, H. C., Valente, G. S. C., dos Santos Coropes, V. B. A., & de Paula, C. L. (2018). Dilemas da maternidade das mulheres contemporâneas: revisão integrativa: Dilemmas of contemporary women's maternity: integrative review. *Revista Enfermagem Atual In Derme*, 85(23).
<http://dx.doi.org/10.31011/1519-339X.2018a18n85.10>.
- Vilanova, F., Soares, D., de Quadros Duarte, M., & Costa, Â. B. (2020). Evidências de Validade da Escala de Orientação à Dominância Social no Brasil.
<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.623>.

Anexo I
MBQS

Parte I – Parentalidade Ideal

Considere as seguintes afirmações sobre possíveis comportamentos de pais com filhos entre os 6 meses e os 6 anos.

Com base na escala apresentada, assinale a opção que melhor descreve **a sua opinião** sobre o comportamento de “**um Pai Ideal**”.

Lembre-se que isto **não tem a ver com o seu comportamento**, mas sim sobre a sua opinião sobre como pensa que deveria ser.

Não existem respostas certas nem erradas e o mais importante é a sua sinceridade.

1	2	3	4	5
Discordo Fortemente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Fortemente

	1	2	3	4	5
1. Demonstra afeto à criança através do toque.					
2. Demonstra à criança o quanto é feliz com ela.					
3. É negativo e hostil com a criança.					
4. Nunca dá resposta às necessidades da criança.					
5. Elogia a criança.					
6. Trata a criança como um objeto.					
7. Não demonstra afeto genuíno pela criança.					
8. Demonstra satisfação na interação com a criança.					
9. Incentiva a criança a experimentar coisas novas.					
10. Irrita-se sempre que a criança se quer sentar no seu colo.					
11. Ignora os sorrisos ou tentativas de iniciar uma interação por parte da criança.					
12. Procura contacto com a criança.					

13. Revela dificuldades em segurar a criança.					
14. É entusiástico com a criança.					
15. É indiferente/distante face à criança.					
16. Evita que a criança se envolva em atividades perigosas.					
17. Conversa com a criança.					
18. Repreende e critica a criança.					
19. Responde apenas a sofrimento prolongado da criança.					
20. Responde adequadamente quando a criança está triste.					

Parte II – Pais Reclusos

Considere as seguintes afirmações sobre possíveis comportamentos de pais com filhos entre os 6 meses e os 6 anos.

Com base na escala apresentada, assinale a opção que melhor descreve a sua **opinião** sobre **o comportamento típico de um pai a cumprir pena de prisão (Recluso)**.

Não existem respostas certas nem erradas e o mais importante é a sua sinceridade

1	2	3	4	5
Discordo Fortemente	Discordo	Não concordo nem discordo	Concordo	Concordo Fortemente

	1	2	3	4	5
1. Demonstra afeto à criança através do toque.					
2. Demonstra à criança o quanto é feliz com ela.					
3. É negativo e hostil com a criança.					
4. Nunca dá resposta às necessidades da criança.					
5. Elogia a criança.					

6. Trata a criança como um objeto.					
7. Não demonstra afeto genuíno pela criança.					
8. Demonstra satisfação na interação com a criança.					
9. Incentiva a criança a experimentar coisas novas.					
10. Irrita-se sempre que a criança se quer sentar no seu colo.					
11. Ignora os sorrisos ou tentativas de iniciar uma interação por parte da criança.					
12. Procura contacto com a criança.					
13. Revela dificuldades em segurar a criança.					
14. É entusiástico com a criança.					
15. É indiferente/distante face à criança.					
16. Evita que a criança se envolva em atividades perigosas.					
17. Conversa com a criança.					
18. Repreende e critica a criança.					
19. Responde apenas a sofrimento prolongado da criança.					
20. Responde adequadamente quando a criança está triste.					